

DIAGNÓSTICO DE FORMULAÇÃO DE POLÍTICA EDUCACIONAL LOCAL: O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALIANÇA – PE

Autores: Suzeanny Magna da Silva; Coautores: Cassiana Maria da Silva Ataíde; Rosilene Pedro da Silva;
Orientadora: Professora Mestra Cleide Maria Ferraz

¹ Universidade de Pernambuco/ Campus Mata Norte, su.ze.anny@hotmail.com

² Universidade de Pernambuco/Campus Mata Norte, cleide.ferraz@upe.br

Resumo: O Plano Nacional de Educação (PNE) norteador da educação do país, formulado a partir de estudos, consultas, tensões e acordos políticos no contexto sociopolítico e histórico da primeira década deste século, foi aprovado para o decênio 2014-2024, com diretrizes, vinte metas e dezenas de estratégias, além de prever o desencadeamento de planos de educação nas esferas estaduais e municipais. A partir da inquietação em conhecer a configuração do Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Aliança – PE, enquanto política pública em prol da oferta planejada de educação municipal, a presente pesquisa teve por objetivo geral diagnosticar a formulação de política educacional local. Teve como objetivos específicos: verificar a existência do PME e identificar os processos de elaboração e participação da sociedade civil. Sob abordagem qualitativa, a pesquisa foi do tipo exploratória, com trabalho de campo a partir de questionário semi-estruturado. Constatou-se a existência do PME, com vinte metas e estratégias. Dentre os desafios decorrentes dessas metas, figuram como mais relevantes aquelas que dependem de recursos financeiros. O plano foi elaborado num processo participativo a partir de debates e atividades coletivas de instituições e atores, os quais demonstraram interesse na ação social. A participação da sociedade enquanto elemento mobilizador na construção social e seu engajamento eficiente na construção do Plano são de fundamental importância, pois o Plano considera as necessidades educacionais da população do município, refletindo a oferta de educação que a instituição competente - prefeitura municipal - pode oferecer, considerando que ao planejar para os setores sociais, incluindo o educacional, os governos estarão buscando equacionar problemas através da intervenção e da regulação. Os planos municipais de educação são materialização de uma política local para o município, em consonância com as políticas estadual e nacional, que sofrem influências do contexto internacional tecido pela globalização da economia, da cultura e de outros componentes. As três esferas configuradoras das macro políticas brasileiras por sua vez se refletirão nas micro políticas escolares que pela ação dos sujeitos provavelmente farão adaptação ao contexto. Além do PME, a municipalidade elaborou leis educacionais importantes que regulam o Magistério e o Plano de Cargos e Carreira (PCC) como a lei 1339/2004. O aporte teórico da pesquisa sustentou-se em contribuições de Carneiro (2015) e dos instrumentos legais nacionais. Conclui-se que o município de Aliança - PE atuou na construção de políticas educacionais locais, elaborou o documento-base, promoveu o diálogo sobre a temática em articulação com a sociedade civil, acompanhou a tramitação do plano até a aprovação pela Câmara de Vereadores, confirmando-se efetivos processos de participação da sociedade civil na elaboração do Plano Municipal de Educação de Aliança.

Palavras-chave: Política local, Plano Municipal de Educação, Processo participativo.

Introdução

O Plano Nacional de Educação (PNE) norteador da educação do país, formulado a partir de estudos, consultas, tensões e acordos políticos no contexto sociopolítico e histórico da primeira década deste século, foi aprovado para o decênio 2014-2024, com diretrizes, vinte metas e estratégias, além de prever o desencadeamento de planos de educação nas esferas estaduais e municipais. A partir da inquietação em conhecer a configuração do Plano Municipal de Educação (PME) da cidade de Aliança – PE, enquanto política pública em prol da oferta planejada de educação municipal, a presente pesquisa teve por objetivo geral diagnosticar a formulação de política educacional local. Teve como objetivos específicos: verificar a existência do PME e identificar os processos de elaboração e participação da sociedade civil.

Diversas inquietações consistem na questão central de como se dá o processo de construção de uma política resultante em um documento de tamanha envergadura como o PME inclusive aponta para a questão secundária de aplicabilidade do mesmo na rede de ensino, sabendo que não se trata apenas de uma exigência legal e local, mas num enquadramento em conjuntura de três esferas administrativas integradas, num alinhamento de propósitos e atividades que promovam de maneira integrada e articulada a garantia dos direitos do cidadão, cuja reflexão se apoia no texto normativo afirmador de que

as metas nacionais, especialmente aquelas que dizem respeito às etapas obrigatórias da educação nacional, são responsabilidades conjuntas da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Considerando que as visões de políticas públicas e as soluções para os desafios educacionais são as mais diversas e que os Planos Municipais de Educação a serem elaborados ou adequados ao novo PNE e aos PEEs exigem compromisso e envolvimento de todos – sociedade e governos –, aqui serão sugeridas etapas de trabalho que podem contribuir nessa importante tarefa.(MEC/SASE, 2014).

A partir da inquietação em conhecer a configuração do Plano Municipal de Educação (PME) do município Aliança – PE, enquanto política pública em prol da oferta planejada de educação municipal, a presente pesquisa teve por objetivo geral diagnosticar a formulação de política educacional local. Teve como objetivos específicos: verificar a existência do PME e identificar os processos de elaboração e participação da sociedade civil

Assim, a referida pesquisa buscou através de levantamentos de dados compreender a situação da política educacional da PME, no município de Aliança- PE, zona da Mata Norte de Pernambuco. O presente trabalho considera aspectos relevantes nas políticas educacionais locais,

assim como os documentos a elas relacionados. Aborda a participação na formulação do PME, os agentes participantes do processo e a mobilização legal de instituições que colaboram para sua efetivação.

Metodologia

Sob abordagem qualitativa, a pesquisa foi do tipo exploratória, com trabalho de campo utilizando questionário semi-estruturado aplicado com a Gerente de Programas e Projetos, da Secretaria Municipal de Educação, com o intuito de conhecer as metas, instituições e órgãos envolvidos na elaboração, como também documentos projetados a partir do PME, levantando o máximo de dados para melhor compreensão e bom andamento do processo, como apresentação de ações concretas, eficientes, no sentido da melhoria da qualidade da educação, a importância da participação social no processo, como responsáveis e co-autores da elaboração e execução.

A análise de documentos oficiais, como PME e Plano Nacional de Educação, permitiu compreender como se dá a mobilização e articulação de um plano. Assim, foram analisados aspectos inerentes à formulação do PME do município que contribuam com uma visão minuciosa e sobretudo criteriosa da relevância e formulação do documento como proposta de desenvolvimento social, político, econômico e cultural, visando ao desenvolvimento de práticas educativas democráticas.

Resultados e Discussão

Constatou-se a existência do PME, com vinte metas e estratégias, apresentando o mapa de construção, paradigma discursivo, diversidade entre metas e diretrizes, a visão ideológica da política social como legitimação democrática da rede de ensino.

No entanto, é importante destacar que há desafios a enfrentar, decorrentes principalmente das metas cuja execução depende de maiores recursos financeiros.

O plano foi elaborado num processo participativo a partir de debates e atividades coletivas de instituições e atores, os quais demonstraram interesse na ação social. A participação da sociedade enquanto elemento mobilizador na construção social e seu engajamento eficiente na construção do Plano são de fundamental importância, pois o Plano considera as necessidades educacionais da população do município, refletindo a oferta de educação que a instituição competente - prefeitura

municipal - pode oferecer, considerando que ao planejar para os setores sociais, incluindo o educacional, os governos estarão buscando equacionar problemas através da intervenção e da regulação.

Nessa linha de raciocínio, podemos afirmar que os planos municipais de educação são materialização de uma política local para o município, em consonância com as políticas estadual e nacional, que sofrem influências do contexto internacional tecido pela globalização da economia, da cultura e de outros componentes. As três esferas configuradoras das macro políticas brasileiras por sua vez se refletirão nas micro políticas escolares (FERRAZ, 2015) que pela ação dos sujeitos provavelmente farão adaptação ao contexto.

Além do PME, a municipalidade elaborou leis educacionais importantes que regulam o Magistério e o Plano de Cargos e Carreira (PCC) como a lei 1339/2004, no enfrentamento de uma rede escolar no município de Aliança que abrange a educação básica, em todas as suas etapas, atendendo crianças em idade de creche em: 7 creches e 8 escolas; pré-escolar em 22 escolas e oferece ensino fundamental em 27 escolas e o ensino médio em 5 unidades de ensino.

O referencial teórico baseador da análise da situação empírica, atrás descrita, se assenta em premissas legais nacionais como LDB e orientações do MEC/SASE, bem como em Moaci Carneiro (2015), dentre outros, atribuindo relevância à participação social no processo, com responsáveis e coautores da elaboração e execução do Plano.

Como exposto em documento oficial,

é salutar ressaltar que a Gestão Democrática não deve ser compreendida como um fim em si mesma, mas como um efetivo exercício de participação e de responsabilidades, o que diz respeito às formas de escolha dos gestores, do exercício da gestão, do fortalecimento da participação docente e demais profissionais da educação, da participação de alunos e pais, da constituição e fortalecimento de Conselhos Escolares, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Acompanhamento e Controle Social. Plano Municipal de Educação. (PME Aliança, 2015).

Assim, o acompanhamento da trajetória de formulação do PME foi de fundamental importância para a compreensão da dinâmica das políticas educacionais nacionais e locais, a partir de estudos de orientações como as expostas pela Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino (2014):

Ao serem constituídas, a Comissão Coordenadora e a Equipe Técnica de Apoio poderão definir em conjunto a forma de organização do trabalho, pactuando um cronograma de atividades. Todo o processo de elaboração do Documento-Base até a aprovação do Plano Municipal pela Câmara de Vereadores e a sanção pelo Prefeito deve ser considerado. De maneira geral, o processo depende das seguintes iniciativas: Prefeito sanciona a lei, e o Plano Municipal de Educação passa a vigorar. Prefeitura elabora um Projeto de Lei e o encaminha à Câmara de Vereadores para discussão e aprovação. Comissão Coordenadora discute e valida a proposta de Documento-Base, organizando posteriormente seu amplo debate público. (MEC/SASE, 2014).

Foram analisados os encaminhamentos para a consolidação do plano com a participação de diversas esferas da gestão pública, participação e monitoramento pela sociedade, por meio de instâncias como o Conselho Municipal de Educação. Entre aspectos relevantes na construção do plano, destacam-se: Diagnóstico, levantamentos de informações que direcionam as recomendações educacionais; Diretrizes político-pedagógicas que norteiam o município com base no Plano Nacional de Educação e na realidade local; Objetivos e metas; Levantamento sobre a realidade educacional do município, monitoramento e acompanhamento social; Valorização profissional da educação; Currículo num processo de ação e reflexão.

Os resultados do trabalho consistiram na reflexão sobre a relevância da construção do referido plano, o qual respalda a continuidade da implementação de políticas públicas no setor, independente da descontinuidade de governos municipais. Nesse sentido, a análise do documento incitou o interesse por conhecer como se dá a gestão de recursos financeiros para atender a educação, que, se não administrados com rigor e competência, farão o plano perder sua efetiva finalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município elaborou o Plano Municipal de Educação, com vinte metas, mediante processos de participação social. Além disso, outros documentos de materialização da política educacional também foram elaborados.

Conclui-se que o município de Aliança - PE atuou na construção de políticas educacionais locais, elaborou o documento-base, promoveu o diálogo sobre a temática em articulação com a sociedade civil, acompanhou a tramitação do plano até a aprovação pela Câmara de Vereadores, confirmando-se efetivos processos de participação da sociedade civil na elaboração do Plano Municipal de Educação de Aliança.

REFERÊNCIAS

ALIANÇA. **Plano Municipal de Educação**. Aliança, 2015.

ALIANÇA. **Lei 1339/2004**.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitui%C3%A7ao.html>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

BRASIL. **Lei nº 9394/96**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. **Enciclopédia dos Municípios**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, vol.XVIII, Rio de Janeiro, 1958, p.33.

BRASIL. **Lei nº 13 005, de 25 de junho de 2014**. Institui o Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2004/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

CARNEIRO, Moaci Alves. **PNE: Fios e desafios do plano nacional de educação**. Brasília: Editora Direcional, 2015.

FERRAZ, Cleide Maria. **Materialização de Macro e Micro Políticas Educacionais no Brasil**. Recife. 2015. Mimeo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO / Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. 2014.

http://pne.mec.gov.br/images/pdf/pne_pme_caderno_de_orientacoes.pdf. Acessado em 14/10/2016.